



## **Projeto Curso de Extensão**

# **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**

**Novembro de 2023.**

## **IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

### **Instituição Proponente**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)  
Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD)

### **Elaboração Consultores CAPES**

Márcia Denise Pletsch - UFRRJ  
Flavia Faissal de Souza - UERJ  
Katia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva - UnB  
Klaus Schlünzen Junior - UNESP  
Washington Cesar Shoiti Nozu- UFGD

## **1. Caracterização da proposta do curso de Extensão**

Desde a Constituição Federal de 1988 tem havido mudanças no sistema educacional brasileiro no sentido de expandir o acesso, melhorar a qualidade do ensino e ampliar a inserção social e laboral de pessoas com deficiência. Entre as medidas adotadas destacam-se as políticas de inclusão escolar inspiradas nos princípios estabelecidos na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em 1990 e na Declaração de Salamanca de 1994. Nos três níveis da federação, tais mudanças envolvem a obrigatoriedade de matrícula, a idade de ingresso, a duração dos níveis de ensino, os processos nacionais de avaliação do rendimento escolar, as diretrizes curriculares nacionais e as definições para a escolarização dos estudantes que constituem o público da Educação Especial. Vale lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei nº 9394/96) dedica um capítulo à Educação Especial.

Outro marco importante é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que define o público da Educação Especial como:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2008).

Ainda sobre a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é importante mencionar que a partir dela, ocorreram mudanças no que se refere à matrícula na escola regular do público da Educação Especial, orientando os sistemas de ensino para garantir:

- Acesso com participação e aprendizagem no ensino comum;
- Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Continuidade de estudos e acesso aos níveis mais elevados de ensino;
- Promoção da acessibilidade universal;
- Formação continuada de professores para o AEE;
- Formação dos profissionais da educação e comunidade escolar;
- Transversalidade da Educação Especial;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A referida política tem sido amplamente difundida e orienta redes de ensino e universidades a se transformarem em “sistemas educacionais inclusivos”, já em sintonia com os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU, aprovada em 2009 no país como emenda constitucional. Em consonância com a Convenção da ONU está a LBI (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 2015.

Todo esse arcabouço jurídico tem favorecido o aumento do ingresso de estudantes público da Educação Especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação. Para atender as demandas colocadas por essa população, diversas ações pautadas na eliminação de barreiras têm sido implementadas pelas instituições de ensino, a partir dos princípios da acessibilidade contidos na LBI e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Essas diretrizes políticas têm pautado seus princípios nos Direitos Humanos (DH) e um dos eixos centrais tem sido a acessibilidade em diferentes dimensões (arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, curricular e atitudinal). A ideia da acessibilidade curricular que assumimos parte da ideia de que a diversidade é constitutiva do humano e da necessidade de construção de estratégias educacionais que atendam, no processo de produção coletiva do conhecimento, às singularidades de cada estudante com deficiência ou não (SOUZA; DAINEZ, 2022; PLETSCHE; SOUZA, 2023). Nessa direção, em que pesem os avanços legais e científicos nas políticas de Educação Inclusiva, as escolas ainda enfrentam enormes desafios para superar as barreiras sociais e educacionais potentes para a participação do público da Educação Especial. Sobre tais barreiras a literatura tem evidenciado precariedade nas propostas político-pedagógicas de acessibilidade curricular, acesso a materiais didáticos e formação inicial e continuada para

professores (BRAUN, 2012; DANEZ, 2014; KASSAR; REBELO; JANNUZZI, 2019; PLETSCH, 2014; PLETSCH; SOUZA, 2023; MENDES, 2023), entre tantos outros.

Aqui reside a potência do ensino acessível que, entre outras possibilidades, propõem a diferenciação curricular, o ensino colaborativo e, sobretudo, no Brasil, ganha relevo no desenho universal na aprendizagem (DUA) que orienta em suas diretrizes formas de organização da ação educativa na sala de aula comum, considerando a diferenciação de estratégias pedagógicas para promover a participação e a apropriação dos conceitos escolares pelos estudantes público da Educação Especial (NUNES, MADUREIRA, 2015; PLETSCH; SOUZA; ORLEANS, 2017; SOUZA; 2018; ZERBATO; 2018; SEBASTIÁN-HEREDERO, 2020; BOCK, GESSER E NUERNBERG, 2020; ZERBATO; MENDES, 2021; PLETSCH, et al, 2021; MENDES, 2023; PLETSCH; SOUZA, 2023; MENDES, 2023). Isto é, o DUA é uma proposta metodológica que tem grande potencial para favorecer a interação do estudante com o conhecimento educacional e com o outro ao possibilitar as interações sociais, numa perspectiva inclusiva.

Em se tratando de acessibilidade universal, outro tema importante é o da Tecnologia Assistiva (TA), área de conhecimento essencial para ampliar não apenas a participação e o desenvolvimento de parte das pessoas público da Educação Especial, mas, sobretudo, melhorar a sua qualidade de vida, como mostram inúmeras pesquisas (NUNES; PELOSI; WALTER; 2011; CAMPOS, 2023; ANTONIOLI, 2023). Por exemplo, como mostra a pesquisa de Campos (2023) e de Antonioli (2023), no caso de crianças que não são oralizadas, o uso da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) por meio de recursos de TA ajuda a promover sua comunicação, autonomia e participação na vida cotidiana e educacional. A comunicação alternativa (CA) faz parte da área de TA e envolve desde gestos e expressões faciais a formas gráficas, a fim de viabilizar a comunicação de pessoas que não conseguem desenvolver a linguagem verbal. Os recursos de TA variam conforme os objetivos funcionais aos quais se destinam, podendo ser motores ou sensoriais (MANZINI; DELIBERATO, 2006).

O conceito de funcionalidade, que tem sido indicado para a avaliação da deficiência, está previsto na LBI e considera: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação. Ou seja, a deficiência passa a ser compreendida não mais como um atributo da pessoa, mas como resultado da interação entre a sua condição e as barreiras socioculturais existentes.

Na escolarização de estudantes do público da Educação Especial, um dos conceitos centrais é o de participação, entendido como “envolvimento em toda situação de vida”, incluindo a vida familiar, escolar e em comunidade, sendo crucial para esses estudantes porque afeta diretamente o seu bem-estar, as relações sociais e sua saúde mental e física.

Diante das mudanças em curso, desenvolver ações, programas e políticas com vistas a formação continuada de professores é fundamental para potencializar a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial e, conseqüentemente, garantir as finalidades da educação.

Dados do Censo Escolar (INEP, 2022) indicam que há cerca de 1,3 milhão de matrículas na Educação Básica de estudantes público da Educação Especial (BRASIL, 2023). O número de matrículas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) representa apenas 36% das matrículas dos estudantes público da Educação Especial, o que significa que este suporte não alcançou nem ao menos a metade dos alunos (BRASIL, 2023).

Outro aspecto que tem implicado as ações para o desenvolvimento das pessoas com deficiência é a precariedade de ações e políticas intersetoriais de educação, saúde e assistência social, entre outros setores, conforme previsto no Novo Plano Viver sem Limites (BRASIL, 2023a). Todos esses aspectos estão previstos na LBI e na própria Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Outro aspecto fundamental dos documentos citados acima é a garantia de ações de formação continuada para professores que atuam em turmas comuns do ensino regular, objeto deste curso de aperfeiçoamento. Desta forma, esta proposta reside em oferecer aos professores conhecimentos para atuar com a diversidade presente na escola de forma a melhorar o ensino para todos os estudantes, tomando como base a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96.

A partir dessas diretrizes nesse projeto entendemos que o elemento basilar da formação de professores é a unidade teoria e prática. Este movimento indica que a formação continuada deve ter como elemento a necessidade formativa do professor no decorrer do trabalho, nas necessidades imediatas e dialeticamente realizar as mediações da realidade. Portanto, as questões de natureza prática e conceituais devem estar inseridas na perspectiva entendendo a teoria e a prática não como relação, associação ou aplicação, mas como conhecimento e prática revolucionária sobre a realidade social e educacional.

A escola como base da elaboração do conhecimento diferente de partir da realidade, esse princípio exige extensos e profundos redimensionamentos pedagógicos. Assim, a realidade passa a ser considerada não apenas como aquilo que está mais próximo, mas tudo o que merece e deve ser conhecido.

O conhecimento só se constitui na ação, na relação sujeito-objeto. Em nossa compreensão, é necessário realizar um projeto educativo que tenha sentido para o sujeito. Para tal, é importante que os professores possam exercer continuamente reflexões sobre o cotidiano da escola, sobre sua prática pedagógica e sobre a realidade na qual ela se dá, incentivando, assim, a autonomia do profissional do ensino. Assim, defendemos uma formação continuada que diminua a distância entre o proposto e o realizado, de forma a fazer sentido ao professor em formação. Em outros termos, a proposta é que o professor e a professora, ao rever e fundamentar sua formação, não transforme apenas sua prática, mas que retome sua condição profissional e política e, desse modo, no contexto coletivo, tenha autonomia de decisão sobre sua prática pedagógica.

Nessa direção, como nos últimos anos, a formação continuada de professores para a inclusão escolar tem centrado suas ações na atuação do professor do Atendimento Educacional Especializado, essa formação de aperfeiçoamento se direciona para os professores em geral, das classes comuns da rede regular de ensino, os quais têm evidenciado necessidade de maiores investimentos na formação, com vistas à melhoria do trabalho pedagógico para todas(os) os estudantes, inclusive aqueles que compreendem o público da Educação Especial.

## **2. Objetivos**

### **Geral**

- Formar professores da Educação Básica, que atuam em salas de aula comuns, para desenvolverem concepções e trabalho pedagógico alinhados com os princípios das políticas de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, visando atender ao coletivo e às singularidades dos estudantes.

### **Objetivos específicos**

- Promover o conhecimento sobre aspectos políticos e legais que fundamentam a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- Promover o conhecimento sobre Educação Inclusiva, participação e direitos humanos considerando a acessibilidade, a intersetorialidade, a interculturalidade e a interseccionalidade;
- Promover a unidade teoria e prática do trabalho pedagógico no contexto da inclusão escolar de estudantes da Educação Especial.
- Refletir sobre as pluralidades e as singularidades de práticas pedagógicas no processo de ensino e de aprendizagem do público da Educação Especial na sala de aula comum considerando o coletivo de estudantes.
- Elaborar práticas, recursos e materiais pedagógicos que colaborem para a construção de um projeto de escola inclusiva.

## **3. Público, carga horária e número de vagas**

O curso será destinado para 1.272.662 professores da Educação Básica em salas de aula comuns com 120 horas de formação.

## **4. Seleção**

A seleção será realizada por meio de edital público.

## 5. Estrutura e Metodologia do desenvolvimento do curso

O curso será ofertado na modalidade a distância, realizado em atividades síncronas e assíncronas utilizando o Ambiente Virtual Colaborativo de Aprendizagem (AVACAPES), subdividido em 4 módulos, com duração de 120 horas, incluindo a elaboração do trabalho final do curso, conforme Quadro 1.

**Quadro 1.** Estrutura do curso de aperfeiçoamento e carga horária

<b>Módulos</b>	<b>CH</b>
Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva	30
Desenvolvimento Humano, Ensino e Aprendizagem na perspectiva da Educação da Inclusiva	30
Currículo, Tecnologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas	30
Práticas, Recursos e Materiais Pedagógicos Inclusivos na Escola	30
<b>Total de horas</b>	<b>120h</b>

O curso será organizado de forma modular, sendo estruturado com conteúdos comuns a todos os cursistas. A semana de estudo dos estudantes compreende a realização e participação em diferentes atividades síncronas e assíncronas subdivididas em cada módulo que podem compreender:

- Aulas síncronas;
- Videotutorias;
- leitura de material didático;
- atividades interativas mediadas pelos tutores;
- casos de ensino;
- relato de experiências com observação e reflexão sobre as estratégias utilizadas.
- avaliações que poderão ser de diversos formatos como: elaboração de textos, recursos e projetos.

A mediação pedagógica será realizada por profissionais qualificados oriundos de cursos de formação de mediadores pedagógicos ofertados por universidades do sistema UAB e demais profissionais com qualificação para acompanhar os cursistas em suas atividades. Cada tutor será responsável por acompanhar um grupo de até 50 cursistas, assegurando um suporte pedagógico efetivo.

Em termos de recursos materiais e tecnológicos, o curso de aperfeiçoamento deverá seguir as seguintes orientações.

1) Aulas dos autores dos módulos síncronas ou gravadas acessíveis disponibilizadas no Ambiente Virtual Colaborativo de Aprendizagem (AVACAPES).

2) Participação opcional da videotutoria semanal com os tutores do curso de aperfeiçoamento para dúvidas e esclarecimentos. A plataforma a ser usada foi estruturada pela Universidade Federal de Goiás pelo LabTIME.

3) Participação opcional em atividades presenciais por parte de tutores e estudantes nos Polos UAB.

4) Prioridade de material didático de bases abertas sem uso de apostilas já em consonância com a ciência aberta e uso de repositórios educacionais.

5) Acesso a cadernos pedagógicos contendo informações teóricas e metodológicas sobre o desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento e de cada módulo.

6) Material didático com acessibilidade pedagógica com uso de diferentes estratégias educativas, legendas, Libras, audiodescrição, imagens, mapas conceituais, vídeos sínteses e outros recursos que favorecem o acesso a todos os estudantes.

6) Ambiente Virtual Colaborativo de Aprendizagem (AVA) Auto configurável (SCHLÜNZEN JUNIOR; SCHLÜNZEN; MALHEIRO; SANTOS, 2015), com plugins acessíveis em consonância com as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web - WCAG 2.1 - E-MAG 9) e acessibilidade digital conforme Guia de Boas Práticas para Acessibilidade Digital do Ministério da Gestão e da Inovação (BRASIL, 2023).

Destaca-se que as orientações estão em consonância com os princípios de acessibilidade e inclusão previstas na legislação brasileira e na Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ (UFRRJ, 2020, 2021; UFRRJ, 2023).

## 6. Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento e a avaliação do desenvolvimento do curso de extensão pelas instituições a serem selecionadas via edital público será realizada pela equipe de consultores da CAPES.

### Módulos e Ementas

#### **Direitos Humanos, Diversidade e Educação Inclusiva - 30h**

Educação Inclusiva como Direito Humano. Aspectos históricos e legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Público da Educação Especial. Inclusão, interculturalidade e interseccionalidade. Condições de acesso e permanência de estudantes da Educação Especial em escolas dos campos, das águas, das florestas e das cidades.

#### **Bibliografia Básica**

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?format=pdf&lang=pt>

NOZU, Washington Cesar Shoiti; ICASATTI, Albert Vinicius; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação inclusiva enquanto um direito humano. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 11, n. 1, p. 21-34, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4076>

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira?. **Momento - Diálogos em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>

#### **Bibliografia Complementar**

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. O que tem de especial a Educação Especial? In: ORLANDO, Rosimeire Maria; BENGTONSON, Clarissa (Org.). **(Des)mitos da educação especial**. São Carlos: EDESP-UFSCar, 2022. p. 13-25. Disponível em: <https://www.edesp.ufscar.br/arquivos/livros/desmitos-da-educacao-especial.pdf>

PEREIRA, Juliano Bicker; MEDEIROS, Ricardo Tavares de; VIEIRA, Alexandro Braga. Problematizações sobre a oferta do atendimento educacional especializado na educação

do campo capixaba. **Revista Cocar**, Edição Especial, n. 21, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7793>

SÁ, Michele Aparecida; RIBEIRO, Eduardo Adão; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Escolares indígenas com deficiência no Brasil: uma análise a partir do Censo Escolar da Educação Básica (2010, 2015 e 2020). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, e5234, 2023. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5234>

### **Desenvolvimento Humano, Ensino e Aprendizagem na perspectiva da Educação Inclusiva - 30h**

Desenvolvimento humano: biológico e cultural. Linguagem e mediação. Processos psicológicos superiores, ensino e aprendizagem, e práticas pedagógicas inclusivas. Prática pedagógica e o papel do professor como mediador nos processos de ensino e aprendizagem.

#### **Bibliografia Básica**

DAINEZ, Débora. Desenvolvimento e deficiência na perspectiva histórico-cultural: contribuições para educação especial e inclusiva. **Revista de Psicologia**, Santiago, v. 26, n. 2, p. 1-10, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2017.47948> Acesso em janeiro de 2024.

PINO, Angel. O social e o cultural na obra de Lev S. Vygotsky. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 71, p. 45-78, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200003> Acesso em janeiro de 2024.

SMOLKA, Ana Luiza; LAPLANE, Adriana; NOGUEIRA, Ana Lucia; BRAGA, Elizabeth dos Santos. **Multieducação: Relações de Ensino**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 2008.

#### **Bibliografia Complementar**

DAINEZ, Débora; SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022014071545> Acesso em janeiro de 2024.

PINO, Angel. A criança e seu meio: contribuição de Vigotski ao desenvolvimento da criança e à sua educação. **Psicologia USP**, v.21, n.4, p.741-756, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400006> Acesso em janeiro de 2024.

STETSENKO, Anna; SELAU, Bento. A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos: mapeando os próximos passos. **Educação**, Porto Alegre, v.41, n.3, p.316-324, 2018.

DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.3.32668> Acesso em janeiro de 2024.

VIGOTSKI, Lev S.. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Tradução Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. **Educação e Pesquisa** [online]. São Paulo, vol.37, n.4, pp. 863-869, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400012> Acessado em janeiro de 2024.

VIGOTSKI, Lev S.. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução Márcia Pileggi Vinha. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21 (4), 681-701, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003> Acesso em janeiro de 2024.

### **Currículo, Tecnologias e Práticas Pedagógicas Inclusivas - 30h**

Currículo. Ensino acessível e suas diversas possibilidades (Desenho Universal para a Aprendizagem, diferenciação curricular, ensino colaborativo, entre outras). Tecnologia aplicada à educação. Papel social da tecnologia. Tecnologia Assistiva. Práticas pedagógicas inclusivas.

### **Bibliografia básica**

HOSTINS, Regina Célia Linhares, & JORDÃO, Suelen Garay Figueiredo. Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público alvo da Educação Especial. In: **Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 23(28). DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.v23.1661> Acesso em janeiro de 2024.

YOUNG, Michael. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 151, p. 190–202, jan. 2014. DOI <https://doi.org/10.1590/198053142851> Acesso em janeiro de 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal; ORLEANS, Luis F. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 264-261. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5935/2238-1279.20170014> Acesso em janeiro de 2024.

### **Bibliografia complementar**

MESQUITA, Amélia Maria Araújo, RODRIGUES, José Rafael Barbosa, CASTRO, Kelly Paixão de . A POLÍTICA CURRICULAR NO CONTEXTO DA INCLUSÃO E SEUS MECANISMOS DE DIFERENCIAÇÃO CURRICULAR. *Revista Teias*, 19(55), 70–88, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2018.37549> Acesso em janeiro de 2024.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Izadora M. S.; RABELO, Lucélia C. C.; MOREIRA, S. C. P. C.; A. L. ASSIS (Org.). *Acessibilidade e desenho universal na aprendizagem*. 1. ed. Campos de Goytagazes: Encontrografia/ANPED, 2021. v. 1. 106p. DOI: <https://doi.org/10.52695/978-65-88977-32-3> Acesso em janeiro de 2024.

SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio. Diretrizes para o desenho universal para a aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v.26, n.4, p.733-768, Out.-Dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155> Acesso em janeiro de 2024.

PIRES, Yasmin Ramos; MENDES, Geovana Mendes Lunardi. ADAPTAR, ADEQUAR, DIFERENCIAR: reflexões a partir das políticas curriculares para o público-alvo da Educação Especial. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 390–403, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2019v12n3.40581 Acesso em janeiro de 2024.

### **Práticas, Recursos e Materiais Pedagógicos Inclusivos na Escola – 30 h**

Elaboração e apresentação do trabalho de conclusão de curso de aperfeiçoamento envolvendo práticas, recursos e/ou materiais pedagógicos inclusivos na escola.

### **Bibliografia básica**

MENDOZA, Babette; GONÇALVES, Adriana. Estruturação de planos de aula com princípios do desenho universal para a aprendizagem (DUA): contribuição para a educação inclusiva. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 33, n. 66, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18675/1981-8106.v33.n.66.s16855> Acesso em janeiro de 2024.

NUNES, Clarisse; MADUREIRA, Isabel. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, v. 5, n. 2, p. 126 - 143, 2015. Disponível em <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5211/1/84-172-1-SM.pdf> Acesso em janeiro de 2024.

ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730> Acesso em janeiro de 2024.

### **Bibliografia complementar**

CAPES. **Objetos Educacionais**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/> Acesso em janeiro de 2024.

### **Documentos obrigatórios no Curso de Aperfeiçoamento**

BRASIL. **LDB, Lei 9394/96**. Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acessado em janeiro de 20224.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> Acessado em janeiro de 20224.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Brasília, 2009. Disponível

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf) Acessado em janeiro de 20224.

**BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

Acessado em janeiro de 20224.

## Referências do projeto de Extensão

ANTONIOLI, C. *A autonomia da criança com deficiência múltipla: Um estudo sobre as interdependências e as práticas escolares inclusivas*. 255F. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

BRAUN, P. *Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual*. 2012. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. *Constituição Federal Brasileira*. 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB* (Lei nº 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei 13.146/2015 (LEI ORDINÁRIA)*. 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

BRASIL. *Afirmção e fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI)*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneepei/cartilha.pdf> . Acessado em novembro de 2023.

BRASIL. *Decreto nº 11.793, de 23.11.2023 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite*. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2023-2026/2023/Decreto/D11793.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Decreto/D11793.htm) . Acessado em novembro de 2023a.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.. *O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado*. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 18, n. 2, abr./jun. 2020.

CAMPOS, É. C. V, Z.1 Campos. *Desenvolvimento do COMUNIKA: aplicativo para a comunicação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus*. 294F. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2022.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. dos S.; JANNUZZI, G. S. de M. Educação Especial como política pública: Um projeto do regime militar? *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, [s. l.], v. 27, p. 61-82, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.27.4479>

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. *Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa*. [2. ed.]. – Brasília: [MEC, SEESP], 2006.

MENDES, E. G, (org.). *Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas*. Campos dos Goytacazes, RJ: Encontrografia Editora, 2023.

NUNES, L. R. d'O de P.; PELOSI, M. B.; WALTER, C. C. de F. *Compartilhando experiências: ampliando a comunicação alternativa*. Editora ABPEE, São Paulo, 2011.

SCHLÜNZEN JUNIOR, K.; SCHLÜNZEN, E. T. M. ; MALHEIRO, C. A. L. ; SANTOS, D. A. N. . Ambientes Virtuais de Aprendizagem Auto configuráveis. In: J. António Moreira; Daniela Barros; Angélica Monteiro. (Org.). *Inovação e Formação na Sociedade Digital*. 1ed.Santo Tirso/Portugal: Whitebooks, 2015, v. 1, p. 37-52

SEBASTIÁN-HEREDERO, E.. Diretrizes para o desenho universal para a aprendizagem (DUA). *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v.26, n.4, p.733-768, Out.-Dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0155>

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. Defectologia e Educação Escolar: implicações no campo dos Direitos Humanos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 47, e116863, p. 1-18, 2022. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236116863vs01>

SOUZA, I. M. da S. *Desenho Universal para a Aprendizagem de pessoas com deficiência intelectual*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

ZERBATO, A. P. *Desenho universal para a aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa*. 298 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2018.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G.. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, e233730, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147233730>

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. *Da Investigação às Práticas*, v. 5, n. 2, p. 126 - 143, 2015.

PLETSCH, M.D. et al (orgs.). *Acessibilidade e Desenho Universal na Aprendizagem*. Editora: Encontrografia Editora/Coeditora: ANPEd, 2021. Doi: 10.52695/978-65-88977-32-3

PLETSCH, M.F.; SOUZA, F. F. de. Inovação pedagógica? Análise sobre o uso de um livro didático digital acessível. *Cadernos CEDES*, 2023 (aprovado).

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. *Deliberação 269 de dezembro de 2020*. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/soc/files/2020/07/Delib-269-CONSU-2020-acessibilidade.pdf> . Acessado em janeiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano de Acessibilidade da UFRRJ*. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/11/PLANO-DE-ACESSIBILIDADE-DA-UFRRJ-1.pdf> . Acessado em janeiro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. *Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRRJ (2023-2027)*. Disponível em: <https://institucional.ufrj.br/pdi/> . Acessado em novembro de 2023.